

# Sobre a feição da “heroica província”: mosaico de regiões desarticuladas ou território crescentemente integrado?

Marcos Lobato Martins \*

\*Historiador (UEMG). Mestre em Sociologia (UFMG). Doutor em História Econômica (USP). Professor da UFVJM.

---

**Resumo** Com abordagem historiográfica, o artigo discute as representações relativas à organização espacial da província de Minas Gerais (século XIX), presentes especialmente nas obras de história política, econômica e demográfica. Destacam-se a formação e os traços característicos da metáfora espacial “mosaico mineiro”, bem como as razões de sua longa vigência na historiografia sobre Minas Gerais. Em seguida, critica-se a ideia do “mosaico mineiro” e afirma-se a necessidade de formular nova representação do espaço provincial, com base em resultados das recentes pesquisas do campo da História Econômica, que enfatize o contato, a interação e a diferenciação entre os espaços sub-regionais.

**Palavras-chave:** Província de Minas Gerais, Representações geográficas, Século XIX.

---

## 1. Introdução

Os processos históricos ocorrem *no* espaço, *através* do espaço, obrigando o historiador a lidar com as dinâmicas de diferenciação de áreas, a examinar os rebatimentos espaciais do evoluir da história. Rigorosamente, os processos históricos não se inscrevem no espaço: *são* o espaço. Possuam ou não reflexões detidas sobre isto, os historiadores têm suas pesquisas influenciadas decisivamente pela “imaginação geográfica e espacial” que se constrói acerca de seus objetos de pesquisa. Dessa forma, determinadas “metáforas geográficas”, cujas circulação e aceitação são amplas, impõem aos historiadores certas tendências de interpretação das realidades históricas que se transformam em lugares comuns. No campo da História Regional e Local, esbarra-se frequentemente com esse fenômeno, de maneira que se observa *a priori* geográficos dominarem os estudos históricos regionais por décadas. Noutras palavras, certas metáforas geográficas aprisionam a pesquisa histórica por longos períodos, fornecendo modelos fixos, estáveis, para se investigar as linhas de fundo da formação dos espaços regionais.

Um dos casos em que isso salta aos olhos é o de Minas Gerais. É amplamente reconhecido o fato de que a historiografia sobre Minas Gerais tem se caracterizado, desde o último quartel do século passado, pelo seu dinamismo: multiplicação da produção, forte tendência revisionista, diversidade temática e de abordagens. Ainda que permaneça certo privilegiamento do “século do ouro”, as pesquisas sobre os séculos XIX e XX aumentaram expressivamente (Martins 2004; Furtado 2009). Hoje, é

praticamente impossível acompanhar de perto todas as publicações realizadas no Brasil sobre Minas Gerais. Uma fortuna para os historiadores regionais; mas um desafio para os historiógrafos, que se veem à volta com elenco enorme e crescente de obras a avaliar. No entanto, permanece amplamente aceita a visão de que Minas Gerais, durante todo o século XIX e boa parte do século XX, foi tão somente uma unidade política, composta por regiões fracamente articuladas, mais ou menos autárquicas. Se a ideia da decadência da economia mineira após a crise do ouro em fins do século XVIII foi descartada, ainda continua de pé a imagem de Minas Gerais como estrutura desarticulada no Império e na República. Ideia que segue alimentando tanto iniciativas políticas de desenvolvimento como debates acirrados entre intelectuais a respeito da modernização e reativação econômica mineira.

Este trabalho, sem pretender realizar exame historiográfico mais abrangente, atendo-se a obras de História Econômica e Demográfica relativas ao século XIX – o longo século XIX de que falou Eric Hobsbawm –, apresenta um conjunto de reflexões sobre as representações relativas à organização espacial da província mineira, ou melhor, das metáforas utilizadas para se pensar as Minas Gerais e seu processo de formação, na perspectiva de uma duração mais longa no tempo e no espaço.

## 2. O lugar comum historiográfico: Minas Gerais é um mosaico de regiões

Na década de 1950, Francisco Iglésias (1958) publicou um livro sobre a província de Minas Gerais que se tornou uma referência clássica, infelizmente pouquíssimo lida nos dias atuais. Na obra, intitulada *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*, originalmente tese de livre-docência apresentada em 1955, ele se debruçou tanto sobre aspectos econômicos como sobre dimensões políticas das Minas Gerais oitocentistas, explorando documentação oficial diversificada: relatórios e estatísticas do governo, falas de presidentes da província, anais da assembleia legislativa mineira. A interpretação – inspirada em Eli Heckscher e seu *A Época Mercantilista* – buscou delinear a visão da província que as elites governamentais construíram e as medidas econômicas por elas propostas, bem como avaliar os resultados obtidos. Aí estava uma novidade considerável à época: dedicar-se à análise da economia mineira no século XIX, apontando para a reestruturação regional baseada na agricultura e na pecuária.

Dessa forma, Iglésias se contrapôs à hegemonia das historiografias carioca e paulista que enfatizavam a decadência de Minas Gerais após o “ciclo do ouro”. Ele ressaltou a diversidade econômica das zonas da província, bem como as dificuldades financeiras de Ouro Preto para enfrentar o que se considerava ser a relativa estagnação provincial na segunda metade do século XIX. Insistiu na formação da consciência da defasagem do desenvolvimento (e da acumulação capitalista) de Minas *vis a vis* São Paulo, tratando-a como elemento de unidade política no *hinterland* mineiro. Elencou e analisou as numerosas iniciativas econômicas levadas a cabo pela administração mineira, ressaltando a timidez de resultados no que se refere ao atingimento do desejado “salto modernizante”. Entre essas iniciativas, sublinhou a preocupação com a organização de feiras para exposição de produtos e intercâmbio entre produtores e a atenção conferida à questão dos transportes. As ações de política econômica representaram, para Iglésias, um índice de unidade no campo da gestão administrativa. Por sinal, uma de suas conclusões mais interessantes dizia respeito à relativa regularidade da administração mineira, pois ela dependeu em boa parte dos vice-presidentes em exercício, radicados na província, homens conhecedores de sua realidade.

Neste sentido, Francisco Iglésias não se limitou a assinalar a diversidade regional e econômica da província mineira. Ele buscou, nos discursos e nas ações governamentais, linhas de força que, a partir de Ouro Preto, teriam logrado – embora com êxito reduzido – articular e integrar as áreas de seu território e suas capacidades econômicas. Minas Gerais oitocentista não lhe pareceu, portanto, um espaço e uma sociedade em vias de fragmentação definitiva; ao contrário, a província possuiria algum nível de integração econômico-social e trabalhava para aumentar sua articulação política, ou seja, para adquirir nível mais elevado de organicidade.

Contudo, o ponto de vista de Iglésias foi amplamente eclipsado, de um lado, pela narrativa elaborada por Celso Furtado, no clássico *Formação econômica do Brasil*, em que se destaca a ideia da “decadência generalizada” de

Minas Gerais ao longo do século XIX<sup>1</sup>; e, de outro lado, pela sedutora e poderosa imagem literária saída da obra de Guimarães Rosa. Em *Ave Palavra*, por exemplo, há o conhecidíssimo texto “Minas Gerais”, no qual o escritor ponteu:

Sobre o que, em seu território, ela ajunta de tudo, os extremos, delimita, aproxima, propõe transição, une ou mistura: no clima, na flora, na fauna, nos costumes, na geografia, lá se dão encontro, concordemente, as diferentes partes do Brasil. Seu orbe é uma pequena síntese, uma encruzilhada; pois Minas Gerais é muitas. São, pelo menos, várias Minas (p. 343). (...) Se são tantas Minas, porém, e, contudo, uma, será o que a determina, então, apenas uma atmosfera, sendo o mineiro o homem em estado minas gerais? (p. 346). (...) Aí está Minas: a mineiridade (p. 347).

A visão de Guimarães Rosa se impôs aos estudiosos das Minas Gerais, formando uma determinada representação, coesa e sólida, que se baseava na simultânea valorização da diversidade e da desarticulação dos subespaços mineiros. A não ser pelo “mítico sertão”, cujos valores e imaginário seriam compartilhados, em maior ou menor grau, pelos distintos tipos mineiros, Minas Gerais seria tão somente uma construção política, e um artefato poético. Careceria de tudo mais: integração econômica, homogeneidade social, unidade de hábitos e costumes.

Nos anos 1970, a representação de Minas Gerais do século XIX e do início do século XX como um conjunto de áreas diferentes, isoladas umas das outras, cada qual subordinada à influência de um centro forâneo – Rio de Janeiro, São Paulo ou a Bahia –, tornou-se irresistível entre economistas, historiadores, cientistas políticos e sociólogos. Talvez a obra de John Wirth (1982) seja emblemática dessa percepção. Para o brasilianista, Minas era o *mosaico mineiro*, isto é, um arquipélago de zonas distintas, mal articuladas, subordinadas a contragosto a um centro político cuja ação sobre o território possuía limites consideráveis, conduzidas pela vontade férrea do PRM (mesmo sendo o partido uma federação instável de grupos regionais que constituíam alianças precárias e provisórias).

Esse modelo de Wirth que, além de frisar a dependência mineira do governo federal, também realçou a resistente diversidade interna e o persistente conflito de interesses interregionais, encontrou boa acolhida em pesquisas sobre a política estadual na Primeira República nas décadas subsequentes (Resende 1982; Martins Filho 1981). Também entre os economistas e a tecnoburocracia ligados ao planejamento da modernização mineira nos anos 1960-70, observou-se a adesão tácita a uma configuração espacial de células dispersas, a uma “geografia do isolamento”, a uma situação de “pequenas pátrias dentro da grande”. Lembre-se a notável formulação encontrada no trabalho de Paul Singer (1968, p. 205), tratando dos efeitos da crise da mineração na virada do século XVIII para o XIX: “[As diversas regiões da capitania] se isolam e esta perde sua identidade tornando-

<sup>1</sup> Uma província afundada na ruralidade e na economia natural só poderia ser um amontoado de partes voltadas para si mesmas, sem intercâmbio significativo, sem horizontes e preocupações mais alargados.

se mero conglomerado administrativo de áreas (...) autônomas”. Na mesma linha foi o trabalho de Antônio de Barros Castro (1971), insistindo na ideia de “retrocesso e dispersão após a crise [mineradora]”, ao analisar a trajetória oitocentista da economia da região das minas, em capítulo intitulado “A herança regional no desenvolvimento brasileiro”.

Economistas e tecnoburocratas concordaram *in limine* com a caracterização de Minas Gerais (e de suas regiões) por meio de atributos negativos: desigualdade, fragmentação, atraso, conservadorismo, ruralismo, paroquialismo. As pesquisas de análise regional do período traçaram com precisão o diagrama das forças centrífugas que agiam sobre Minas Gerais, ao mesmo tempo em que discutiram as fragilidades de Belo Horizonte como centro capaz de ampliar sua esfera de influência a grandes porções do território estadual. E formularam, então, o fulcro de sua tese: a modernização mineira, mais especificamente sua industrialização, não seria possível sem a atuação e a direção do estado. Os trabalhos de Luiz Aureliano Gama de Andrade (1980), Clélio Campolina Diniz (1981) e Otávio Soares Dulci (1999), embora empreguem abordagens distintas para investigar facetas da modernização estadual, foram tributários do modelo do *mosaico mineiro*.

Os trabalhos dos anos 1980 no campo da História Econômica e Demográfica, famosos pela revisão que promoveram da tese da “decadência mineira” no século XIX, mantiveram, contudo, a aderência ao modelo do

*mosaico mineiro*. Roberto Borges Martins (1980a; 1980b) derivou da força do sistema escravista em Minas uma economia dinâmica, autossuficiente e diversificada. A presença de população provincial expressiva teria sustentado uma produção escravista voltada para a autossuficiência e mercados vicinais, com baixo grau de mercantilização. Douglas Cole Libby (1988), por sua vez, além de mencionar a agricultura e pecuária voltadas para o abastecimento interno, realçou a existência de uma produção industrial artesanal que supria a província e a importância da articulação da economia mineira com o mercado externo. Em comum, esses autores afirmaram a diversidade regional, o dinamismo econômico e o apego de algumas regiões mineiras ao sistema escravista. Mas também apontaram as dificuldades da acumulação numa economia regional estruturada sobre um projeto não capitalista, a incapacidade de gerar processo mais robusto de proletarianização e os obstáculos postos ao crescimento pela carência de boa malha de transportes. Para ambos, Minas provincial seguiu convivendo com a falta de integração entre suas zonas nas décadas de 1830 a 1880.

A Figura 1 fornece uma representação do modelo do *mosaico mineiro*, referente aos períodos provincial e do início do período republicano.

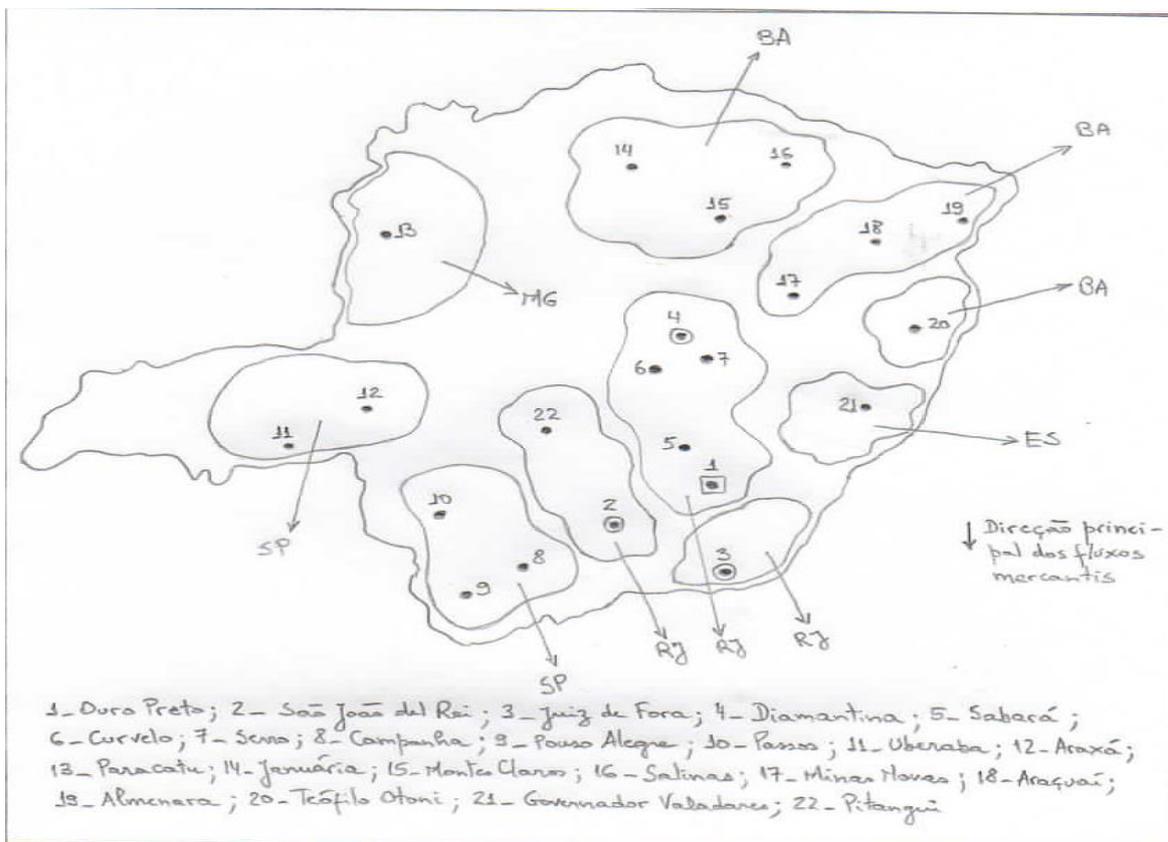


Figura 1. Modelo do mosaico mineiro (1850-1930). Elaboração do autor.

As áreas delimitadas na figura anterior constituem apenas uma aproximação, sendo referidas a núcleos urbanos destacados no período em tela, cujas trajetórias constituíram fatores decisivos na formação do espaço mineiro.<sup>2</sup> Há zonas de pastoreio, como as comandadas por Uberaba/Araxá, Montes Claros e Paracatu; outras de fronteira agrícola em expansão, como as que gravitavam em torno das atuais cidades de Governador Valadares, Teófilo Otoni e mesmo Almenara, no nordeste de Minas; a porção cafeeira comandada por Juiz de Fora, fortemente vinculada à exportação; as áreas de forte produção mercantil de “gêneros do país”, capitaneadas por Campanha, Pouso Alegre, São João Del Rei e Pitangui. Também se destaca, na figura, o antigo núcleo central minerador, onde sobressaíam as antigas “cidades do ouro”. As setas indicam, com base na presumida origem das importações e destino das exportações, as dependências das áreas integrantes do *mosaico mineiro*. E realçam, portanto, a fragmentação do espaço mineiro, que se debateria sob influências externas baianas, fluminenses e paulistas, sem dispor de um centro de gravidade próprio. A situação que Antônio Barros de Castro (1971, v. 2, p. 31) qualificou “como peças soltas de uma vasta região acéfala e inarticulada”.

Certamente é o caso de se perguntar por que esta representação adquiriu tanta solidez e difusão na segunda metade do século XX (Barros de Castro, 1971; Furtado, 1969; Lima, 1981; Silva, 1977). A resposta tem que levar em conta pelos menos dois elementos. O primeiro é a centralidade do debate político sobre o desenvolvimento e a industrialização no Brasil. Desde Vargas até os anos 1980, o crescimento econômico foi tema incontornável da reflexão nacional. Todos discutiam os rumos da economia brasileira, seus desafios e impasses. Havia na arena pública um leque variado de projetos de desenvolvimento nacional e gente interessada em tomar posição diante deles. O segundo elemento explicativo é a contínua multiplicação, nesse longo período, tanto no país quanto no estado, de experiências e de órgãos públicos de planejamento regional que, ao lado das universidades, adquiriram considerável prestígio. Dessa forma, formou-se e fortaleceu-se uma rede de instituições que lidava com a questão da modernização e do desenvolvimento, intervindo significativamente na discussão intelectual e política. No caso mineiro, cabe destacar a UFMG – e, dentro dela, o CEDEPLAR –, o BDMG e a FJP, instituições estreitamente vinculadas ao esforço de formatação e implantação de políticas de desenvolvimento no estado.

Neste *lugar social de produção*, o modelo do *mosaico mineiro* encontrou grande serventia para os atores que desejavam interferir nas decisões sobre políticas públicas de desenvolvimento regional.<sup>3</sup> Assim, gerou-se e generalizou-

<sup>2</sup> As cidades indicadas na figura não são hierarquizadas rigorosamente em termos de níveis de centralidade econômica ou política. O destaque conferido a Ouro Preto decorre de sua condição de capital durante todo o período imperial, enquanto Diamantina e São João Del Rei constituíram, no século XIX, as duas cidades mais ricas da província.

<sup>3</sup> Utiliza-se aqui o conceito elaborado por Michel de Certeau (2002, p. 65-109). Segundo o autor, ele funciona como um dos mediadores do discurso historiográfico, possibilitando certas interpretações e limitando outras. É a partir dele que se delimitam os objetos e práticas

se um enredo crível e extremamente persuasivo sobre a trajetória mineira no longo século XIX. Narrativa que dava um sentido progressista para a história mineira e que racionalizava as opções políticas das elites imperiais e republicanas mineiras. Que também conferiu ao desenvolvimento do capitalismo em solo mineiro uma base realmente autóctone, diferenciando-o de sua contraparte paulista. Mobilizando o modelo do *mosaico mineiro*, facilitou-se a tarefa de trazer legitimação para os projetos e pretensões do “jeito mineiro de fazer política” e de falar de uma identidade cultural expressa na “mineiridade”, fornecendo-lhe uma base “científica”. Enfim, a ideia do *mosaico mineiro* operou como um modo de dar coerência para as experiências regionais dos mineiros, colocando-as em relação ainda que pelo andar da “superestrutura”. Na historiografia mineira, essa ideia tornou-se um *plot* principal quando se abordam as dinâmicas regionais dos séculos XIX e XX.<sup>4</sup>

O fato é que, na última década do século XX, o modelo do *mosaico mineiro* referente ao período provincial e a Primeira República adquiriu *status* de lugar comum historiográfico, de pressuposto aceito sem crítica, fornecendo o contexto maior das histórias parciais das numerosas zonas mineiras e organizando as exposições sintéticas dos historiadores que as estudavam.

Para não resvalar para o unilateralismo, deve-se proclamar que o modelo do *mosaico mineiro* jogou papel decisivo na consolidação da tese da diversificação econômica que enseja diferenciação territorial e no fomento e uma série de estudos de história econômica regional em Minas Gerais.

### 3. Criticando o lugar comum: regiões mineiras crescentemente interconectadas

A partir dos anos 1980, o debate sobre o desenvolvimento nacional refluíu bastante. O país abandonou o esforço de discutir e implantar projetos nacionais, desmontou ou sucateou diversos órgãos públicos de planejamento, e embarcou na onda do neoliberalismo a partir da década seguinte. Nas universidades, o tema da modernização brasileira também perdeu espaço, uma vez que novas agendas de pesquisa emergiram na esteira da crise das “grandes narrativas”, do avanço dos pós-modernismos, da explosão dos estudos culturais e de demandas colocadas pelos novos movimentos sociais.

Na historiografia mineira prosseguiu o *boom* de pesquisas, alimentado pelo crescimento dos programas de

---

consideradas legítimas pela disciplina, ao mesmo tempo em que se censuram outras. Desse modo, a operação historiográfica seria resultado de um processo tripartite, que envolve lugares sociais de produção (uma profissão, uma instituição, etc.), as práticas “científicas” daí derivadas e a escrita da história propriamente dita.

<sup>4</sup> Emprega-se o conceito de *plot* (enredo) de Hayden White (1994, p. 100). Para White, o enredamento de uma determinada história é feito a partir da “supressão ou subordinação de alguns elementos e pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante”.

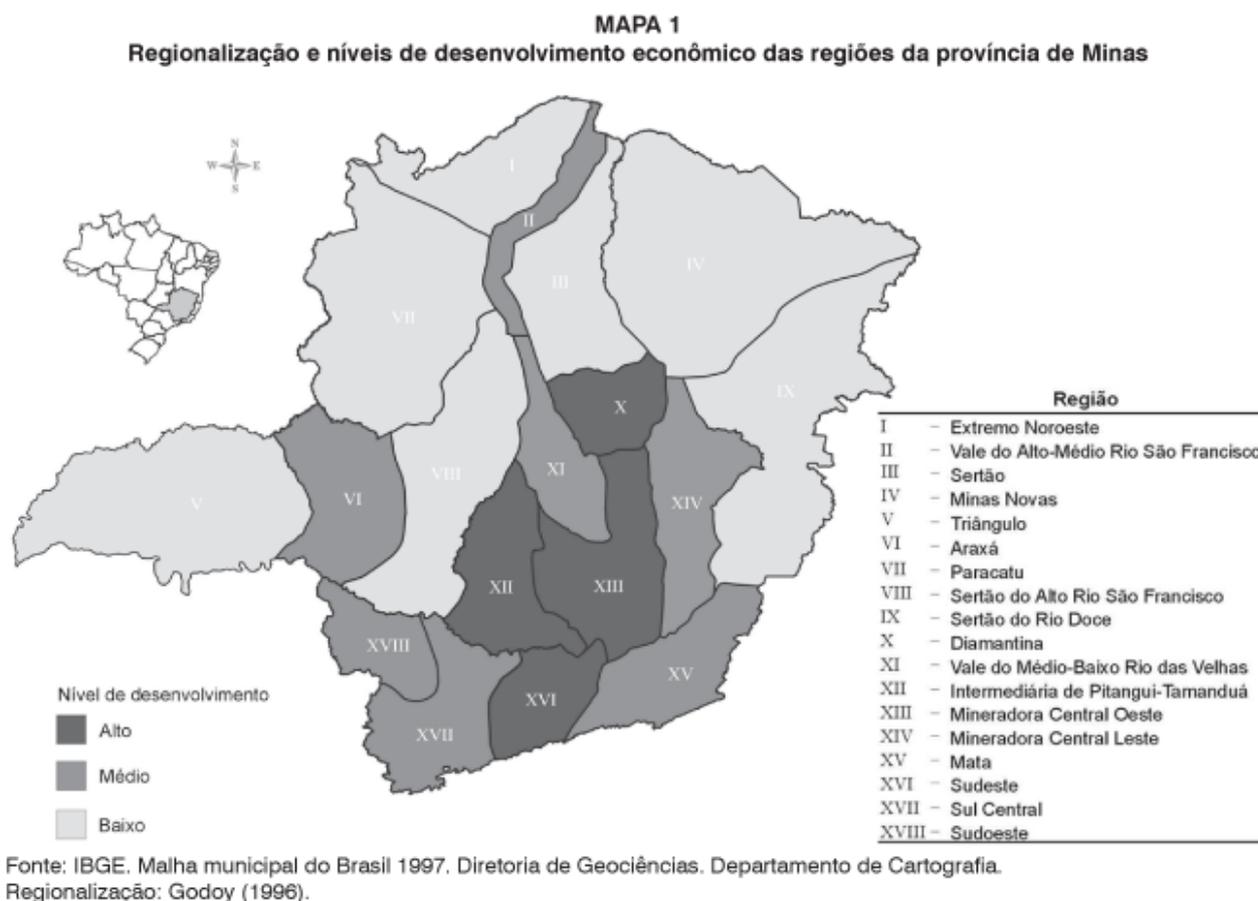
pós-graduação. Mas privilegiando a análise microrregional, de reduzida escala de observação, aproximando a abordagem histórica do vivido e das preocupações com as identidades locais e regionais, bem como com a vaga da patrimonialização e das políticas de memória. Cada vez mais, os trabalhos de história local e regional respondiam, em maior ou menor medida, à valorização de especificidades e de “consciências regionais” e às lutas identitárias, ocupando-se com o desvelamento e a explicação dos problemas peculiares que flagelaram as distintas zonas e/ou comunidades/sociedades em suas relações com os centros provincial/estadual e nacional. Noutras palavras, boa parte dos estudos deixou em segundo plano o macro-conjunto mineiro e buscou uma redefinição das realidades sub-regionais independentemente de seu *status* como parte de Minas e do Brasil. Por isso mesmo, apesar de mudanças institucionais e geracionais no *lugar social de produção* da historiografia mineira, a representação do espaço mineiro como mosaico de regiões mal conectadas permaneceu tacitamente aceito.

Entretanto, no campo por assim dizer *démodé* da Histórica Econômica isso não ocorreu. Nesse campo, o acúmulo de pesquisas sobre regiões mineiras nos últimos vinte e cinco anos propicia a oportunidade para se criticar o modelo do *mosaico mineiro*, colocando em xeque sua validade para sintetizar a configuração espacial da província e do estado até os anos 1920. Parece chegada a hora de

rever – corrigindo ou matizando alguns dos traços salientes do modelo – ou mesmo de abandonar essa “concepção topológica” tão afim ao mundo do *ancien régime*.

Em sua tese de doutoramento, Clotilde Paiva (1996) elaborou uma proposta de regionalização que partiu das informações contidas na literatura de viagem e das características identificadas em fontes de caráter quantitativo (dados populacionais e de atividades econômicas). A ideia principal era a de construir uma regionalização que trouxesse à baila a diversidade e o contraste dos variados espaços mineiros na primeira metade do Oitocentos. Conforme as palavras de Paiva: “Adotamos uma proposta de regionalização que contempla vários aspectos da realidade oitocentista mineira; as regiões têm sua identidade conformada pela conjunção de múltiplos elementos: físicos, demográficos, econômicos, administrativos e históricos” (Paiva, 1996, p. 157). A província foi dividida em dezoito unidades espaciais, integrantes, segundo o critério da intensidade das relações comerciais, de três níveis de desenvolvimento socioeconômico: alto, baixo e médio.

O referido cartograma com a regionalização, de cuja construção participou ativamente Marcelo Magalhães Godoy (1996), é mostrado na Figura 2.



**Figura 2** – Regionalização e níveis de desenvolvimento econômico das regiões da província de Minas Gerais, primeira metade do século XIX  
Fonte: IBGE (1997); Godoy (1996).

Paiva observou que algumas regiões tinham fortes vínculos com o mercado externo, enquanto outras não, existindo áreas imensas da província – no norte, no leste e no Triângulo – que ainda se mostravam fracamente integradas aos circuitos exportadores. E concluiu que a situação da economia de Minas na primeira metade do século XIX se colocava entre as posições de Roberto Martins – que realçava os elementos econômicos internos – e a de Robert Slenes (1985), que enfatizava a articulação entre as economias provincial e nacional.<sup>5</sup> É o que se vê no trecho transcrito abaixo:

Esta proposta [de regionalização] inspira-se no debate entre Slenes e Martins apresentado anteriormente e retoma a formulação apresentada por Slenes de que Minas, na primeira metade do século XIX, estava longe de ser um sistema fechado, sem no entanto colocar toda a economia interna em posição inteiramente subsidiária ao setor exportador (Paiva, 1996, p. 105).

Para o argumento aqui desenvolvido, o importante a sublinhar na pesquisa de Clotilde Paiva é a expressiva presença de intercâmbios no espaço provincial que, para além das diferenciações socioeconômicas das sub-regiões mineiras, geravam fluxos integradores das partes de intensidades variáveis. As realidades regionais heterogêneas no tocante à dinâmica comercial e ao predomínio de mão de obra (livre ou escrava) estimularam as trocas mercantis e os movimentos de pessoas e famílias, e possibilitaram que negociantes e fazendeiros locais (mais tarde, industriais e banqueiros) lucrassem com a circulação interna de mercadorias.<sup>6</sup> A Figura 3, elaborado por Clotilde Paiva, apresenta as principais rotas mercantis no interior da província, no início do século XIX.

A Comarca do Rio das Mortes emergiu no século XIX como um dos principais subespaços provinciais da agricultura mercantil de abastecimento e de produção industrial. Afonso de Alencastro Graça Filho (2002), estudando o Termo de São João del Rei, demonstrou sua alta capacidade de acumulação proporcionada pelo setor de abastecimento. No que se refere à agropecuária, o autor destacou a presença de grandes fazendas escravistas, que conviveram com unidades de tipo familiar e camponês, mas que concentraram os gêneros de abastecimento mercantilizados pelo município. Quanto ao comércio, Graça Filho (2002, p. 25) escreveu:

(...) além de possuir uma boa capacidade de acumulação de capitais na intermediação dos negócios interprovinciais, especialmente na primeira metade do século XIX, suas estratégias de apropriação alcançavam outra dimensão, esquecida pela historiografia, de centro financeiro. O capital comercial, transmutado em usurário, foi capaz de

<sup>5</sup> Robert Slenes atribuiu ao mercado externo grande peso para o dinamismo da economia mineira, mostrando que a província tinha uma economia de exportação de café, gêneros alimentícios, ouro e diamantes para outras províncias. Mais recentemente, Rodarte (1999) acrescentou o papel de uma rede de cidades complexa e dinâmica na região mineradora.

<sup>6</sup> Sobre as rotas comerciais interprovinciais de Minas Gerais, ver o trabalho de Cristiano Cortes Restitutti (2006).

formar o embrião de um setor bancário extremamente importante para a região das Vertentes, consolidando o papel de intermediário da praça de São João del Rei, com a característica *sui generis* de estar desvinculada diretamente da economia agrário-exportadora.

A elite mercantil desse município, composta por homens de grande prestígio junto à sociedade local e regiões vizinhas, realizava “transações mercantis como intermediários entre São João del Rei e os mercados do Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Mato Grosso” e fez “da cidade referência para o crédito e financiamento das atividades econômicas da Comarca do Rio das Mortes” (Graça Filho, 2002, p. 83). Áreas inteiras do Sul de Minas, do Triângulo Mineiro e da região mineradora mantiveram estreitos contatos com a “Princesa do Oeste”, lugar que comandou fluxos mercantis e créditos avultados gerados no âmbito de uma rede de caminhos que cobria vastíssimo espaço, muito ramificada e capilarizada.

Essencial é anotar que Graça Filho observou, com argúcia, a formação de encadeamentos econômicos e sociais entre áreas distintas, uma vez que as atividades dinâmicas da economia mineira oitocentista, que teriam participado indiretamente da economia exportadora, realimentaram o aparecimento de outras zonas produtoras na província, tais como o Sudoeste, o Triângulo e o Alto Paranaíba.<sup>7</sup>

Meus próprios trabalhos (Martins, 2004; 2014; 2016) sobre a região de Diamantina evidenciaram que a “Atenas do Norte” possuía, na segunda metade do século XIX, situação análoga à de São João del Rei: era o pólo, a capital de um diferenciado e vasto Norte de Minas. Esses trabalhos investigaram as estruturas e conjunturas da “economia do diamante”, as reações locais à brusca crise internacional de preços das gemas decorrente da entrada do diamante sul-africano nas praças europeias, e o comércio atacadista e a indústria de Diamantina no período 1870-1920, enfatizando sua projeção regional e vinculação com a mineração.

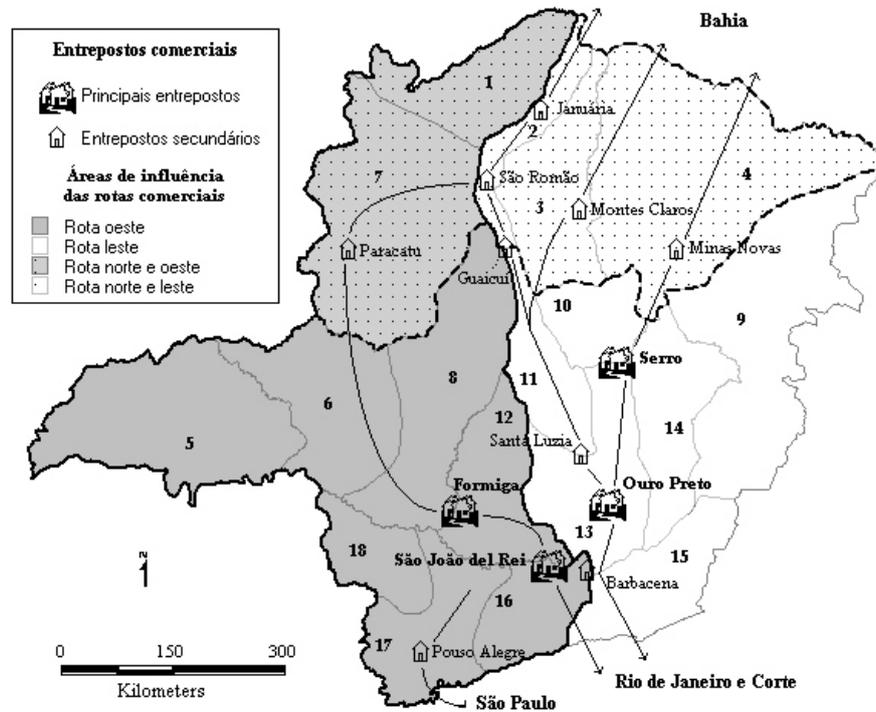
A “economia do diamante” propiciou a formação de circuitos comerciais relevantes, ao mesmo tempo em que possibilitou esforço de diversificação das atividades produtivas. Ela gerou um complexo econômico que se articulava pelos rendimentos da mineração no período 1870-1920, abrangendo o Norte e o Nordeste de Minas Gerais. Nesse espaço, as firmas diamantinas – mercantis e industriais –, dirigidas por uma “burguesia do diamante”, redistribuíram mercadorias agropecuárias e industriais e ofertaram volumes expressivos de crédito nos quatro rumos da rosa dos ventos, dentro de uma área do sertão com até 60 ou 80 léguas de distância. Área que, para o leste, abrangia lugares como Peçanha, Guanhões e Teófilo Otoni; para o sul, Serro, Conceição do Mato Dentro, Morro do Pilar e Curvelo; para o oeste, Barra do Guaiçuí, Várzea da Palma e Pirapora; para o rumo norte, Januária, Montes Claros, Bocaiuva, Grão Mogol, Salinas e Rio Pardo; e, seguindo a calha do rio Jequitinhonha, Minas Novas, Araçuaí, Itaobim e Jequitinhonha.

<sup>7</sup> Para uma interpretação sobre o processo de formação do Triângulo Mineiro, ancorada na perspectiva de geografia histórica de Carl Sauer, ver o trabalho de Luís Augusto Bustamante Lourenço (2005). Há nele um sintético estudo das redes mercantis sanjoanense e uberabense.

Por isso,

(...) as elites diamantinas estavam cobertas de razão ao chamarem sua cidade de o *grande empório do Norte*. As maiores firmas comerciais diamantinas dedicaram-se principalmente à redistribuição regional de mercadorias, parte delas importada do Rio de Janeiro, colocando-se no topo de uma rede de empreendimentos mercantis que abrangia todo o Norte mineiro. [Quanto à indústria]

Em Diamantina surgiram, no período 1870-1920, unidades manufatureiras cuja produção foi exportada para o mercado regional. Essa indústria de bens de consumo leves conseguiu concorrer, até a década de 1920, com a produção carioca e paulista no abastecimento de populações das bacias do São Francisco e do Jequitinhonha. Indústria fundada e comandada por homens que fizeram fortuna na mineração (MARTINS, 2016, p. 9).



**Figura 3** – Principais rotas comerciais interprovinciais e áreas de influência – Minas Gerais, primeira metade do século XIX.

Fontes: Viajantes (PAIVA, 1996); malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia.; Regiões: 1-Extremo Noroeste; 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-Sertão do Rio Doce; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Já que se fala do Norte de Minas, que se traga à consideração a história da fronteira do baixo Jequitinhonha e do Mucuri. Eduardo Magalhães Ribeiro (2013), desde 1997, vem chamando atenção para os miúdos e contínuos fluxos mercantis e entrelaçamentos sociais entre o Alto Jequitinhonha e o Norte de Minas e o baixo Jequitinhonha e o vale do Mucuri. O povoamento e o aproveitamento econômico das riquezas das matas do Nordeste mineiro, intensificados a partir da década de 1870, fizeram do Mucuri uma extensão do Jequitinhonha, enredando duas zonas que se tornaram um só espaço econômico. Conforme Ribeiro (2013):

A exuberante Vila Jequitinhonha desde começos do século XX vendia seu gado *pé-duro* para mercados baianos, então muito distantes, e introduzia o zebu por conta própria. Na mesma época, os comerciantes de Teófilo Otoni abasteciam as fronteiras agrícolas de manufaturados, que também eram trocados pelos produtos da indústria doméstica rural de Minas Novas – principalmente *açúcar da terra* e rapadura. A baldeação da carga de canoa para a tropa e vice-versa

transformaram Araçuaí num centro comercial respeitável em fins do século XIX. (...) Esse movimento tímido de trocas pode ser compreendido como sinônimo de estagnação, é certo; mas pode também ser evidência do dinamismo modesto dos circuitos locais de uma economia autônoma, que envolvia até as zonas interiores da Bahia, do Espírito Santo e do Norte de Minas (Ribeiro 2013, p. 201-202).

O referido autor sugere ainda que, em meados do século passado, os entrelaçamentos que cingiam o Norte, o Jequitinhonha e o Mucuri foram dissolvidos pelo impacto da abertura e do asfaltamento da rodovia Rio-Bahia. Eis um *insight* que merece exame cuidadoso.

Vale passar uma rápida vista d'olhos sobre o Sul de Minas na virada do século XIX para o século XX. O trabalho de Alexandre Macchione Saes e Elton Rodrigo Rosa (2012) discutiu a formação da Feira de Gado de Três Corações, analisando a relação entre o Estado e a comercialização do gado. Os autores ressaltam o papel deste "mercado pontual" no estímulo e na organização da

circulação/comercialização de gado proveniente de diversas zonas: as invernadas de Uberaba, Araguari, Passos, Santa Rita de Cássia e São Sebastião do Paraíso e do interior de Goiás e Mato Grosso. O gado ali reunido era comercializado posteriormente no Rio de Janeiro, até onde era levado pela Estrada de Ferro Minas e Rio. A Feira de Três Corações, entre 1898 e 1922, fez convergir para aquela cidade grande número de boiadeiros, fazendeiros, negociantes e marchands, articulando pessoas e negócios no Sul, Sudoeste e Triângulo. Articulação que se desmancharia no correr dos anos 1920, graças à modernização da pecuária paulista, sobretudo a implantação, em Barretos, no ano de 1913, do Anglo Frigorífico Co., e também ao fato de que ferrovias paulistas alcançaram as áreas de invernada no Triângulo Mineiro, a principal região de fornecimento para a feira.<sup>8</sup>

A discussão que se desenvolve neste trabalho não pode prescindir da referência à história dos transportes na província. Estudos recentes nesse campo acrescentam elementos para a crítica do modelo do *mosaico mineiro*. Segundo Godoy e Barbosa (2008):

Dentre os temas recorrentes nos relatórios de presidentes de província, figuram as estradas de rodagem, a navegação fluvial e, a partir da década de 1860, as ferroviárias. Durante todo o período imperial, os governos da província e também os deputados da Assembleia Legislativa Provincial consideraram essencial o problema dos transportes, entenderam-no como chave para o desenvolvimento econômico Godoy e Barbosa (2008, p. 340).

Para os autores, o planejamento viário e as realizações do governo provincial no setor de transportes refletiram a disputa entre dois projetos, um que advogava a inserção de Minas numa economia primário-exportadora – para o qual o decisivo era ampliar e modernizar as ligações com os portos do Rio e de Santos, por meio de ferrovias – e outro que se amoldava à experiência histórica de um espaço econômico não exportador dinamizado por circuitos mercantis internos – para o qual o objetivo era a integração interna com base em sistema de concepção multimodal, privilegiando as rodovias.

Assim, nos planos de viação de 1835 e 1864 predominou a ideia de integrar a província por meio de estradas carroçáveis e navegação fluvial, que comporiam uma rede de vias primárias e secundárias interligando as sub-regiões com Ouro Preto. Mas o plano de 1871 secundarizou a opção pela multimodalidade do transporte, caracterizando-se pela preocupação com o desenvolvimento ferroviário, solução que indicava a vitória do projeto de inserção subordinada de Minas no mercado nacional. Mesmo que pouco dos planos de viação tenha sido realizado, os pesquisadores ressaltam os consideráveis dispêndios efetuados na manutenção de extensa e capilarizada malha de estradas e caminhos, cujo esboço é apresentado na Figura 4.



**Figura 4** – Estradas de rodagem em Minas Gerais, 1909  
Fonte: Godoy e Barbosa, 2008, p. 356.

Ao se deterem sobre os registros de autoridades municipais sobre o tema dos transportes nos inquéritos provinciais, Godoy e Barbosa recolheram numerosas demonstrações de múltiplas articulações intra-regionais, inter-regionais e interprovinciais. Aqui, para ilustrar, transcreve-se apenas um dos documentos das autoridades de Grão Mogol, que apresenta as impressionantes articulações da vila com várias partes de Minas, com o Rio de Janeiro e com a Bahia, apesar das grandes dificuldades de transporte e das enormes distâncias:

O município recente-se de falta de pontes, e estradas (...). A falta de uma ponte sobre o Rio Itacambirussú, onde existe apenas ua má estiva levadiça feita pro particulares, traz, no tempo invernosos sérios embarços, e inconvenientes à esta Cidade, com escassez muito sensível de gêneros alimentícios, e por consequência elevação deles a preços fabulosos pelos taberneiros; prejuízo na marcha do serviço publico, e do comercio pela impossibilidade de transito dos correios, estafetas, tropas (...). He assim que as relações deste Município com os da Diamantina para onde convergem todas as suas transações comerciais, de Minas Novas, Serro e finalmente com toda a parte que se dirige para o Sul da Província, ate a Corte, ficam suspensas pela carência de ponte no Itacambirussú (...). Há mais, entre outros, dos rios quase nas condições do que ocupa nossa atenção – o Ventania, que liga este Município com os Arraiais de Salinas, e muito especialmente com os do Calhau, e Itinga, donde afluem para o mercado desta cidade o sal, e diferentes gêneros procedentes da Bahia, e o Vacaria – na estrada que desde a Diamantina, e deste Município, e cidade, segue para a Villa do Rio Pardo, ate a Província da Bahia, Lavras do Sincorá, freqüentadas por negociantes do Grão Mogou. (Câmara Municipal de Grão Mogol, 26 jul. 1866 – Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, códice SP 1157).

Examinados na perspectiva de longa duração, os trabalhos anteriormente referidos apontam nitidamente para o incremento dos processos de expansão e integração a partir do centro irradiador da “Minas mineradora”, uma continuidade que atravessa os séculos XVIII e XIX. Uma síntese dessa perspectiva aparece no trabalho de Rodarte,

<sup>8</sup> A cidade de Passos, por exemplo, recebeu os trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro em 1921.

Paiva e Godoy (2011), intitulado *Reinvenção das Minas pelas Gerais*, do qual se transcreve o trecho seguinte:

Em síntese, no período entre as (...) décadas de 1830 e 1870, consolida-se processo de longa duração fundamental à compreensão da História de Minas Gerais. As regiões das Minas, do centro-sul da província, ou seja, o antigo núcleo de ocupação, já sem contar com o vigor da atividade mineradora de outrora, se reinventava pela exploração das atividades econômicas das regiões localizadas na periferia, ou as regiões dos Gerais do norte, das matas do leste e dos campos de cerrado do oeste, de ocupação relativamente recente.

Esse processo não era só econômico, mas também demográfico, uma vez que a exploração das novas atividades econômicas, sob a égide do capital mercantil, mobilizava famílias e pessoas para a abertura dessas novas áreas de exploração, sobretudo nas regiões da Mata e Araxá. O resultado disso era um crescimento populacional excepcional, reproduzindo, em menor escala, o que havia ocorrido, tempos atrás, nas regiões centrais, com a descoberta das Minas (Paiva e Godoy 2011, p. 14).

O que parece, portanto, é que o modelo do *mosaico mineiro*, se valer para alguma época da história, aplicar-se-ia mais ao período posterior aos anos 1920, ao tempo da formação do mercado interno capitalista brasileiro sob a hegemonia paulista, de um lado; e, de outro lado, ao momento de abandono de imensas zonas mineiras pelo governo de Belo Horizonte, em função de sua estratégia para a industrialização da área central. A inserção periférica de Minas Gerais na economia nacional e a expansão das modernas rodovias produziram notável desfazimento das relações internas no espaço mineiro. Tempos esses (anos 1930-1970) nos quais os *entrantes mineiros* (colonizadores do Leste, Sul, Triângulo e partes imensas de São Paulo, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso) foram substituídos pelos *retirantes mineiros*, que lotaram trens e “paus-de-arara” rumo a São Paulo e Rio de Janeiro.<sup>9</sup>

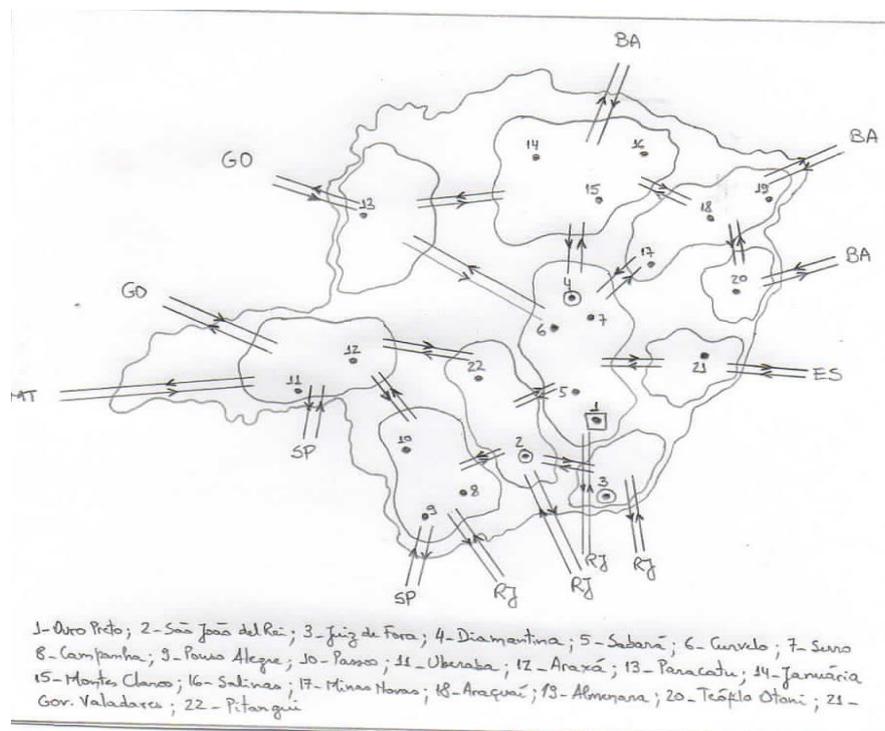
Enfim, um conjunto robusto de estudos sobre Minas Gerais provincial – aqui apenas esboçado – tem trazido elementos no sentido de impor um novo modelo para sua geografia socioeconômica, cujos traços mais salientes residem no contato e na interação, mais do que na diferenciação. Uma concepção que aceita plenamente a existência de múltiplas e diversas realidades sub-regionais, mas que também – e principalmente – realça a interdependência entre as zonas e as crescentes e complexas relações internas que cobriam o território provincial, a começar por uma desconcentrada rede comercial e por incessantes movimentos populacionais, notadamente rumo às fronteiras do Leste, do Sul e do Oeste. Uma geografia que afirma a convivência entre vínculos com o exterior e articulações internas, mesmo quando a proximidade de importantes mercados externos (Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador) poderia monopolizar as relações mercantis.

#### 4. Considerações finais: por uma nova imagem da província

Os resultados das pesquisas sobre Minas Gerais no século XIX e início do XX carregam argumentos a favor da necessidade de construção de nova percepção de sua geografia socioeconômica, de se pensar em outras bases os rebatimentos espaciais dos processos históricos mineiros. Porque a experiência da “heroica província”, mesmo antes da cafeicultura e da “febre ferroviária” a partir da década de 1870, foi dominada pelo movimento e pela interação, pela sobreposição complexa de articulações internas e externas. O espaço provincial tem que ser entendido como uma zona de interação entre subespaços diversos.

Mas não se trata de fazer, pura e simplesmente, o apagamento do modelo do *mosaico mineiro*, uma vez que ele chamou atenção para a diversidade das realidades regionais mineiras. Esta dimensão jamais se poderá esquecer ou menosprezar. Nas palavras de Guimarães Rosa (2009, p. 345), “(...) o chão de Minas é mais, expõe maior salto de contrastes”. Contudo, há que se investigar mais detidamente a organização espacial das Minas Gerais oitocentistas, realçando a circulação de gêneros não-exportáveis e manufaturas na abrangente rede de cidades, caminhos e trilhas que cobria a província. Analisar mais profundamente os elementos de divisão regional do trabalho, especialmente no último quartel do século XIX. Há que se investigar mais os fluxos – de produtos, pessoas, ideias/informações, hábitos e costumes, crédito, etc. – do que os estoques; falar mais de dinâmicas que de estruturas. E, sobretudo, dedicar-se ao estudo das migrações e do deslocamento das zonas de fronteira, dos transportes e das comunicações, das itinerâncias (de jornaleiros, vaqueiros, mascates, fotógrafos, médicos, dentistas, etc.) e da ampliação do aparato estatal e sua ação sobre o vasto território provincial.

<sup>9</sup> Um interessante trabalho sobre os entrantes mineiros na colonização de porção do norte do oeste paulista, a região de Casa Branca, é o texto de Rodrigo Fontanari (2012).



**Figura 5** – Modelo da sobreposição de articulações internas e externas (1830-1920)  
 Fonte: Elaboração do autor.

Em relação à Figura 1, isto é, à idéia do “mosaico mineiro”, a diferença substancial da Figura 5 reside no realce dado aos intercâmbios (representados pelas setas) entre as áreas mineiras, e não apenas com o exterior da província. Permanece a diversidade sub-regional, a indicação da importância de certos lugares na formação do espaço mineiro, mas sublinha-se a magnitude e complexidade das trocas no interior de Minas Gerais, que iam muito além da simples complementaridade entre as zonas. A figura também indica a existência de elos comerciais que abrangiam áreas distantes, passando por zonas intermediárias vizinhas. A maior densidade de setas nas áreas do Sul, de São João Del Rei/Pitangui e da antiga área central mineradora sugere que essas porções da província souberam tirar proveito dos processos de acomodação da economia após a crise da mineração aurífera, projetando sua influência sobre outras zonas mineiras. Em contrapartida, a Zona da Mata cafeeira aparece mais voltada para o exterior fluminense.

Tomar o traço da interação, ou melhor, da sobreposição complexa de articulações internas e externas na província produzirá desdobramentos importantes para o trabalho historiográfico: a) obrigar a avaliar o significado do microrregional para a formação do macro-conjunto; b) entender Minas Gerais (e suas partes) como entidade geográfica e histórica, portanto, cambiante; c) redefinir a relação da província e seu papel para a nação como um todo.

Produzir um modelo que substitua a ênfase na fragmentação pelo foco na integração, que opere como contexto maior tanto para as histórias locais quanto para as regionais, contribuirá para que se articulem histórias voltadas à criação de uma identidade multiculturalista (e politicamente progressista) para os mineiros. Em quadra de

crises graves, de disputas e conflitos exacerbados, de discursos chauvinistas, de muros e arames farpados, dar um passo nessa direção será muito acertado.

## REFERÊNCIAS

- Andrade LAG. 1980 *Technocracy and Development – The Case of Minas Gerais*. Tese, University of Michigan, Ann Arbor, USA, 1980.
- Castro AB. 1971. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Forense Universitária, Rio de Janeiro, Brasil. v. 2.
- Certeau M. 2002. *A escrita da história*. Forense Universitária, Rio de Janeiro, Brasil.
- Diniz CC. 1981. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. UFMG/PROED, Belo Horizonte, Brasil.
- Dulci OS. 1999. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. UFMG, Belo Horizonte, Brasil.
- Fontanari R. 2012. Rompendo fronteiras: a marcha da economia de abastecimento sul-mineira rumo ao território paulista (Casa Branca no meio século 19). In: Saes AM, Martins ML. (Orgs.). 2012. *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20*. EDUSC, Bauru, Brasil. 69-92.
- Furtado C. 1969. *Formação econômica do Brasil*. 9. Companhia Editora Nacional, São Paulo, Brasil.

- Furtado JF. 2009. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial. *História da historiografia* (2): 116-162.
- Godoy MM. 1996. *Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX*. Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte, Brasil. (Texto para discussão, n. 109). [online] URL: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20109.pdf>
- Godoy MM, Barbosa LS. 2008. Uma outra modernização. Transportes em uma província não exportadora – Minas Gerais, 1850-1870. *Economia e Sociedade* 17(33): 331-358.
- Graça Filho AA. 2002. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei (1831 – 1888)*. Annablume, São Paulo, Brasil.
- Iglésias F. 1958. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*. INL, Rio de Janeiro, Brasil.
- Libby DC. 1988. *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais século XIX*. Brasiliense, São Paulo, Brasil.
- Lima JH. 1981. *Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. Vozes, Petrópolis, Brasil.
- Lourenço LB. 2005. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861)*. EDUFU, Uberlândia, Brasil.
- Martins ML. 2016. Comércio, indústria e projeção regional da Diamantina oitocentista: as fragilidades do “grande empório do Norte”. *História (São Paulo)* 35(76): 1-29. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920160000000076>
- Martins ML. 2014. *Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX)*. Fino Traço/Fapemig, Belo Horizonte, Brasil.
- Martins ML. 2004. *Os negócios do diamante e os homens de fortuna na praça de Diamantina, MG: 1870-1930*. Tese, FFLCH/USP, São Paulo, Brasil, 2004.
- MARTINS RB. 2004. *A historiografia sobre o século XIX em Minas Gerais: notas para um debate*. Seminário Internacional sobre a historiografia mineira. Instituto Amilcar Martins (ICAM). Belo Horizonte.
- Martins RB. 1980. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte, Brasil. [online] URL: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%2010.pdf>
- Martins RB. 1980. *Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil*. Tese, Vanderbilt University, USA, 1980.
- Martins Filho AV. 1981. *A economia política do café com leite: 1900-1930*. UFMG, Belo Horizonte, Brasil.
- Paiva CA. 1996. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese, FFLCH/USP, São Paulo, 1996.
- Resende M. 1982. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. UFMG/PROED, Belo Horizonte, Brasil.
- Restitutti CC. 2006. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884*. Dissertação, FCL/UNESP, Araraquara, Brasil, 2006.
- Ribeiro EM. 2013. *Estradas da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais*. Editora UFMG, Belo Horizonte, Brasil.
- Rodarte MMS, Paiva CA, Godoy MM. 2011. A reinvenção das Minas pelas Gerais: transformações econômicas e demográficas nas regiões das Minas Gerais oitocentistas. *Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR*, Rio de Janeiro.
- Rodarte MMS. 1999. *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinência do Antigo Núcleo Central Minerador na expansão da malha urbana das Minas Gerais oitocentistas*. Dissertação, Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte, Brasil, 1999.
- Rosa G. 2009. *Ave, Palavra*. 6. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, Brasil.
- Saes AM.; Rosa ER. 2012. Mercado pontual: atuação estatal na formação da Feira de Gado de Três Corações (1900-1920). In: Saes, AM, Martins ML. (Orgs.). 2012. *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20*. Edusc, Bauru, Brasil. 239-264.
- Silva VAC. 1977. *A política regionalista e o atraso da industrialização em Minas Gerais*. Dissertação, FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, Brasil, 1997.
- Singer P. 1968. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. Nacional, São Paulo, Brasil.
- Slenes RW. 1985. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH UNICAMP*, v. 17.
- White H. 2001. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. EDUSP, São Paulo, Brasil.
- Wirth J. 1982. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, Brasil.

# The feature of the “heroic province”: disarticulated regions mosaic or growing integrated territories?

Marcos Lobato Martins \*

\*Historian (UEMG). Master in Sociology (UFMG). Doctorate in Economic History (USP). Professor at UFVJM.

---

**Abstract** Based on historiographic approach, this paper discusses the representations of the spacial organization of the province of Minas Gerais (nineteenth century), existents in works of political, economic and demographic history. Stands out the formation and the characteristic features of the spatial metaphor “Minas mosaic”, as well as the reasons for its long validity in the Minas Gerais historiography. In sequence, the idea of the “Minas mosaic” is criticized and the necessity of formulate of new representation of the provincial space is affirmed, based in the results of recent researches in Economic History, highlighting the contact, the interaction and the differentiation between the regional sub-spaces.

**Key words:** Province of Minas Gerais, Geographical representations, Nineteenth century.

---

## Informações do autor

**Marcos Lobato Martins**

E-mail: lobatohistoria@hotmail.com

Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3872499107082536>

**Artigo Recebido em:** 06-07-2018

**Artigo Aprovado em:** 05-09-2018